

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2021:** *Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, por videoconferência, ao abrigo do número 3 do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, na sua atual redação, sob a Presidência de Joaquim Jorge Ferreira, Presidente do mesmo, e a participação dos seguintes Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.* =====

===== Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, **Maria Augusta Silva Correia.** =====

===== O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 9h e 35m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início ao período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: “Antes de mais, começo por vos cumprimentar a todos, de novo. Cumprimentar todos os Oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas, cumprimentar a Azeméis TV e naturalmente a D^a Augusta. Vamos então dar início à nossa reunião. Começaria por dar algumas notas. A primeira delas prende-se com as comemorações de elevação a vila que tem acontecido em algumas das nossas freguesias – Cucujães, Nogueira do Cravo, Loureiro, Fajões –, embora em alturas diferentes. Obviamente que são momentos importantes na vida das nossas freguesias, onde assinalar esses dias significa, por um lado, assinalar a evolução que as nossas comunidades, os nossos territórios, vão tendo ao longo dos anos e ao mesmo tempo homenagear todos aqueles que contribuíram para que essa evolução se verificasse. Estes são momentos particularmente importantes para as nossas freguesias e portanto, enviar a todas essas freguesias e às suas populações, um voto de parabéns em nome de todo o executivo camarário. Dar também nota, como é do vosso conhecimento, a inauguração da Escola Ferreira da Silva que após a requalificação profunda de que foi alvo, está ao serviço da comunidade educativa. Tivemos a oportunidade de ter sua Excelência o Senhor Ministro da Educação nesta inauguração o que, naturalmente, é muito importante para nós, termos aqui o responsável por este Ministério a participar nesta inauguração. Tivemos também a oportunidade de assistir a um momento musical que foi protagonizado pelos alunos do ensino articulado – 2º e 3º ciclos – e também um exposição do Escultor/Artista Cucujanense, Paulo Neves. Tivemos um dia particularmente feliz, um dia muito importante, porque tivemos a oportunidade de ver o resultado do nosso trabalho enquanto autarcas e tivemos oportunidade também de verificar que a obra correu bem, as condições que

foram criadas, são condições que permitem que as nossas crianças tenham ao seu dispor melhores meios para terem sucesso na aprendizagem. Isso é extremamente reconfortante, é muito recompensador e portanto, dar os parabéns a todos os que trabalharam para que esta requalificação fosse possível, envolvendo naturalmente a Junta de Freguesia de Cucujães, mas sobretudo a comunidade educativa da Ferreira da Silva, o Sr. Diretor do Agrupamento, a sua equipa e naturalmente todo o corpo docente e auxiliares, bem como os pais que quiseram muito esta obra, trabalharam muito e foram persistentes para que ela acontecesse e veem esse esforço e persistência recompensados. Dar também nota de um concurso público que tínhamos lançado para três parques, o parque inclusivo, um centro cívico em Macinhata da Seixa, um parque desportivo ao lado das piscinas municipais e um parque inclusivo entre a Escola Soares Basto e a Escola Fonte Joana, mais um parque ao lado do complexo desportivo municipal do Teso e a requalificação da envolvente ao cemitério. O concurso ficou deserto, não teve concorrentes interessados. Dar-vos também nota de dois feitos desportivos: Um deles - de gente muito jovem ainda -, a Eva Gonçalves foi Campeã Nacional de Júniores do Lançamento do Disco e também a Filipa Oliveira que foi Campeã Territorial de Tumbling (que é uma modalidade de ginástica artística). A ambas endereçar os parabéns em nome do executivo camarário. Informar também que vai ser lançado um concurso para o projeto de requalificação do Tribunal de Trabalho para que a empreitada seja ainda iniciada em 2022 e portanto, termos a possibilidade de termos o nosso Juiz de Execução a passar para este tribunal. Houve um estudo de patologias, diagnóstico de patologias, que foi desenvolvido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Esse estudo foi entregue e portanto, neste momento existem condições para se lançar a concurso. A Câmara deu toda a colaboração que foi possível nesta fase de diagnóstico, disponibilizando um conjunto de meios. Esse trabalho está feito. Estamos em condições de lançar o concurso para o projeto de requalificação do Tribunal de Trabalho e ver essa empreitada a ser iniciada em 2022. Saudar também o Sr. Vítor Silva que é o último candidato a ser anunciado à Câmara Municipal pelo Partido Chega. Desejar naturalmente que a participação do Sr. Vítor Silva seja também um contributo importante para uma discussão política que se quer cordial, profunda e sobretudo esclarecedora para toda a população. Portanto, desejar-lhe as boas-vindas também a esta campanha eleitoral autárquica que se avizinha. Dar-vos também nota sobre alguns dados Covid no nosso concelho: Neste momento temos uma taxa de incidência de 42.4 casos por 100 000 habitantes. Temos 6 469 casos, estou a falar de dados de 23 de junho. Na última semana tivemos 15 casos e portanto, isto posiciona-nos no segundo intervalo de incidência, nos intervalos que servem de referência para a aplicação de medidas restritivas ao concelho. Tivemos um crescimento percentual de casos, da penúltima semana face à última semana, de mais 15%. Tivemos 13 casos na penúltima semana e tivemos 15 casos na última semana. Em relação aos dados de internamento na nossa região, temos no nosso Centro Hospitalar 7 doentes. Lembrar-lhes que na semana passada, há 10 dias mais ou menos, eram apenas 3. Desses 7 doentes, temos 6 em enfermaria – 1 deles é de Oliveira de Azeméis – e temos 1 doente na unidade de cuidados intensivos que não é residente de Oliveira de Azeméis. O Centro de Vacinação esta semana está

a funcionar de segunda-feira a domingo, das 08:30h às 19:30h. Nós tínhamos uma capacidade instalada no nosso Centro de Vacinação, de 450 vacinas por dia. Temos neste momento um reforço dessa capacidade, estamos com uma capacidade na ordem das 680 vacinas por dia, mas temos dias em que chegamos acima das 700 vacinas por dia. Mesmo assim, obviamente que este esforço não é suficiente para nivelarmos em termos de faixa etária com os municípios que fazem parte do mesmo ACES, mas que têm cerca de um terço da nossa população. Portanto, este esforço vai continuar porque aquilo que pretendemos, é que todas as faixas etárias estejam mais ou menos niveladas nos diferentes concelhos. Em relação ao ponto de situação nas nossas IPSS's e também na nossa comunidade escolar, temos apenas nos casos das IPSS's, uma criança do ATL do Centro de Apoio Familiar do Lar Pinto Carvalho em isolamento profilático, não porque esteja positivada, mas porque os pais estão positivos. Em relação à educação, não temos casos a reportar e portanto, digamos que nestas duas famílias, nas IPSS's e na educação, não há nada de particularmente relevante a assinalar. Eram estas as notas que eu vos queria deixar e agora naturalmente que estou disponível para ouvir as vossas intervenções e as vossas questões no Período Antes da Ordem do Dia.” =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos e a todas. Bom dia a todos os Oliveirenses que nos acompanham, através da Azeméis TV. Hoje é dia de S. João, saudar e desejar um bom dia de S. João para todos, para os que estão a gozar feriado e para os que estão a trabalhar normalmente. Gostaria também de realçar que hoje os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis fazem 115 anos e portanto, enaltecer o seu trabalho, a sua longa história e o serviço à comunidade Oliveirense e agradecer-lhes esse serviço. Senhor Presidente: Em relação aos dados da vacinação que o Senhor Presidente avançou, eu tive oportunidade de verificar no local, porque também fui vacinada esta semana, o trabalho que está a ser desenvolvido e gostaria aqui de realçar que efetivamente as coisas estão muito bem organizadas e há um empenho e colaboração de todos, também dos colaboradores da autarquia que lá estão agora a trabalhar e de todos os profissionais de saúde. Portanto, o trabalho está a ser bem feito e efetivamente a prova disso é que estamos a aumentar a capacidade de vacinar, também estejam as vacinas disponíveis. Portanto, esperemos que em breve consigamos alcançar os níveis de vacinação nacionais, os índices de vacinação nacionais e que estejamos todos protegidos. Tinha aqui algumas perguntas concretas, Senhor Presidente. Uma delas prende-se com os Censos 2021. Nós sabemos que ainda não há resultados, mas já há alguns resultados preliminares e sabemos que o INE vai começar a reunir com os Senhores Presidentes de Câmara, os autarcas, para dar nota dos resultados iniciais, nomeadamente relacionados com o número de fogos e com os números da população. Gostaríamos de saber se já teve essa reunião e se já tem alguns dados que nos possa avançar. Depois outra questão, prende-se com a inauguração que falou da Escola Ferreira da Silva. Obviamente um dia de festa e de alegria, não só para toda a comunidade educativa, para a direção do Agrupamento, para os alunos, para o pessoal docente e não docente, também para Cucujães e*

para todas as pessoas e famílias que são servidas por esta escola e também um dia de alegria para os Autarcas Oliveirenses, para todos os que de uma forma ou outra, colaboraram para que este momento fosse possível. A escola está bem requalificada, está funcional, está bonita e na segunda-feira foi dia de festa, mas hoje é dia de também chamar a atenção para algumas coisas que ainda faltam. Senhor Presidente: A escola está extraordinária como vimos, mas agora as salas vão ter o equipamento mobiliário que tem mais, ou tem, 35 anos. Foi o mobiliário onde eu estudei naquela escola, portanto, há 35 anos atrás. Não tem condições. É efetivamente um mobiliário muito bom, muito resistente, mas já durou o que tinha a durar. Já está partido, está lascado, as próprias bases das cadeiras e das mesas vão riscar o chão todo que está tão bem arranjado... Portanto, não faz sentido depois do esforço, do investimento naquelas obras, agora não se fazer um pequeno esforço adicional e dotar aquela escola de mobiliário novo, mobiliário condigno. Temos empresas em Oliveira de Azeméis que fabricam mobiliário escolar. Esperemos que agora no período de - agora vai haver interrupção do ano letivo para as férias, é o final do ano letivo - portanto, esperemos que no regresso do ano letivo, aquela escola possa ter equipamento novo, acho que é da mais elementar justiça e depois, perante todo o investimento que foi feito, é apenas uma pequeníssima parcela. Depois, também chamar a atenção para o pavilhão desportivo da escola que não foi requalificado nesta fase, mas também precisa de o ser, até porque o parque cá fora, o parque de jogos, o campo de jogos, está ocupado pelos contentores, quando os contentores saírem vai ficar danificado, não vai ser possível utilizá-lo numa primeira fase, vai ter que ser também restaurado e é fundamental o pavilhão para a prática desportiva. Portanto, só falta mesmo isso. Nunca está tudo concluído, nós sabemos, mas só falta mesmo isso ali, naquela escola, para durante uns tempos aquela escola poder estar integralmente satisfeita e toda a comunidade educativa com as suas condições. Já que estamos a falar de escolas, Senhor Presidente, também lhe perguntava sobre a Escola Maria Godinho, em Nogueira do Cravo. A parte do ATL foi requalificada recentemente, mas parece-me - segundo informações que nos chegaram e até fotos que já vimos - que há ali problemas novamente. Portanto, chamo a atenção para isso, com certeza o executivo saberá, mas depois de obras tão recentes não é admissível que já tenha outra vez problemas de infiltração. Portanto, convém ver o que é que correu mal na requalificação que foi feita e voltar a requalificar e a melhorar as condições para que no próximo ano letivo esteja tudo em condições de iniciar o ano com a qualidade que as nossas crianças merecem. E também felicitar a Eva e a Filipa pelos seus títulos e pelo seu mérito desportivo. Para já creio que era tudo da minha parte. Muito obrigada.” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador José Campos** que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos mais uma vez, bom dia também à D^a Augusta, bom dia àqueles que nos veem lá em casa. Senhor Presidente, duas questões concretas: A primeira diz respeito ao Pinheiro da Bemposta. Gostaríamos de saber aqui o ponto de situação sobre as obras de alargamento da Rua Abel da Silva Ribeiro e da Rua 10 de Agosto - para quem não está a ver, é próximo da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. Isto porquê? Porque,*

penso não estar engando, o prazo inicial da empreitada era de três meses. Em setembro de 2020 foi anunciado inclusive nas redes sociais da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, o início das obras para 21 de setembro e que nessa altura, obviamente que o trânsito na ponte da Rua Abel da Silva Ribeiro iria ficar cortado durante esse período. Ora bem, três meses, estaríamos a falar dezembro, janeiro, sensivelmente. Estamos em junho e de facto o trânsito ainda continua cortado. Nós temos tido – e é por isso que coloco aqui esta questão concreta de pedir o ponto de situação – da parte de algumas pessoas que utilizavam aquele trajeto para ir para Alviães, usavam-no diariamente e alguns comerciantes da zona que de alguma forma sentem que os seus negócios estão a ser prejudicados por esta demora. Temos tido algumas, não diria queixas, mas alguns pedidos de ajuda para interpelarmos aqui o Senhor Presidente de Câmara, para perceber o que é que se passa e para quando efetivamente é que as obras possam estar concluídas. Consegui verificar também através das redes sociais, através do Facebook da Junta de Freguesia e algumas informações em fevereiro e em março dando conta do andamento das obras, do reinício das obras, mas efetivamente já estamos em junho e desde aí... Eu acho que era importante que as pessoas, quem utiliza aquela via, quem efetivamente tem ali negócios, quem tem ali interesses, percebesse quando é que poderá o trânsito deixar de estar cortado. A segunda questão tinha a ver com o Mercado Municipal, mais uma vez: É um debate que já tem sido feito por nós, pela comunidade Oliveirense... Eu acho que não interessa a ninguém, sobretudo àqueles que efetivamente são os verdadeiros interessados, que são os comerciantes e os consumidores Oliveirenses do Mercado Municipal, tanto ruído. Eu acho que interessa é questões concretas Senhor Presidente. E aqui uma questão que eu acho que neste momento é concreta e que também tem que ser um fator não de mais incerteza, mas de alguma maneira de poder proporcionar a estes comerciantes alguma estabilidade e de alguma forma poderem planear para os próximos meses o seu futuro e a sua atividade, tem a ver com dados mais concretos sobre quando é que efetivamente o Mercado Municipal provisório começará a funcionar nas novas instalações. Quando falamos aqui em reunião de Câmara, em abril, na última reunião de abril, o Senhor Presidente disse que ia tentar que o mercado provisório pudesse estar em funcionamento ainda em maio. Passou maio, passou junho, tudo muito bem, não está... deu não sei se uma entrevista, mas pelo menos um órgão de comunicação social Oliveirense publicou uma notícia em que fazia palavras suas, a dizer que neste momento não havia ainda uma data, porque dependia de tramitação burocrática que acontece nestas coisas, de condições internas para se lançar o concurso público... Francamente, acho que... nós ficamos todos um bocadinho na mesma. Os comerciantes seguramente também ficam um bocadinho na mesma ao ouvir isto. Pergunto que condições internas são estas que estão a faltar para se lançar o concurso? Pergunto se o Senhor Presidente consegue, também para tranquilizar estas pessoas e de alguma forma elas poderem orientar a sua vida, dar aqui uma indicação de quando é que estará de facto a funcionar o mercado, de forma provisória, mas no local, portanto, no parque de estacionamento do Intermarché. E também uma última questão relativamente a isto, nós temos falado muito dos comerciantes efetivamente, mas há ali também alguns serviços que neste momento, por exemplo,

estou-me a lembrar do SIAC - Centro de Informação Autárquica ao Consumidor – que funciona no Mercado Municipal atual e perguntar-lhe se com a requalificação está previsto que o SIAC continue a funcionar ali, ou se o SIAC será deslocado para outra instalação e qual. Era só Senhor Presidente.” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Lopes** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia Senhor Presidente, bom dia a todos. Senhor Presidente, numa das últimas reuniões, não sei se se recordará que falamos aqui da ‘Casa dos Vimes’, no Parque de La-Salette, onde foram postas algumas questões e o Senhor Presidente ficou de enviar alguma documentação que entretanto ainda não chegou. Era só mesmo para lembrar.”* =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia Senhor Presidente, bom dia a todos. Algumas considerações e algumas questões. Senhor Presidente: No passado, houve uma estratégia dos executivos da Câmara Municipal, no sentido da promoção e valorização do Pão de Ul como instrumento de valorização do território. Foi criado o Parque Temático Molinológico com o envolvimento da comunidade, o envolvimento de privados que requalificaram os seus moinhos, a criação de uma associação com o envolvimento dos padeiros. Foi criado o evento do ‘Há Festa na Aldeia’. Hoje pode-se comprar diariamente pão e regueifa no Parque Temático Molinológico. E o que é que foi feito durante estes quatro anos relativamente ao Pão de Ul? Pouco ou nada se fez, o Pão de Ul foi esquecido. Porque é que eu me lembrei disto Senhor Presidente? Porque no fim-de-semana passado, na RTP1, que foi em São João da Madeira um programa televisivo, vi um moleiro a moer milho e a fazer broa no Rio Ul. No fim-de-semana passado, vi a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha a promover no próximo fim-de-semana o Festival do Pão. Normalmente o vazio é ocupado por outros municípios e aqui parece-me que mais uma vez o foi. Bem sei Senhor Presidente que existe uma falta de vontade sua no sentido de não promover Oliveira de Azeméis. Neste caso a vítima, é o pão, mas Senhor Presidente, não podemos desvalorizar as nossas mais-valias que atraem pessoas ao nosso território e dinamizam a nossa economia local. Segundo ponto, ainda relativamente ao mercado que já foi aqui falado pelo Vereador José Campos: Foram colocados uns taipais no Mercado Municipal e que eu saiba - pelo menos foi-me comunicado por alguns comerciantes - o Senhor Presidente não teve uma conversa com eles no sentido de que se iam iniciar as obras no Mercado Municipal, por isso é que foram lá colocados os taipais, nem foram informados de quando é que eles iam sair. Por isso Senhor Presidente, eu queria aqui perguntar, e na sequência do que já foi aqui falado pelo Vereador José Campos, quando é que eles vão sair de lá, se já falou com os comerciantes. E se isso não aconteceu, porque é que foram lá colocados os taipais? Terceiro ponto Senhor Presidente: Imagine esta situação que é real. Um advogado tem um julgamento em Oliveira de Azeméis às 10:00h, está a chover... Ele chega às 09:55h, estaciona o carro, dirige-se a um parquímetro para colocar a moeda e diz lá no parquímetro ‘Parquímetro em manutenção, por favor dirija-se ao parquímetro mais próximo.*

Agradece-se a compreensão.’ Ele dirige-se ao parquímetro mais próximo e o parquímetro mais próximo também tem os mesmos dizeres do parquímetro que está em manutenção. E ele pensa: ‘Deve haver um problema com os parquímetros, devem estar todos em manutenção’. Como o tempo está de chuva e ele tem a diligência marcada para daí a cinco minutos, vai para o Tribunal. Chega do julgamento e tem a multa no vidro. Isto aconteceu Senhor Presidente e continua a acontecer na cidade.... Existem muitos parquímetros em manutenção, existem ruas onde a totalidade dos parquímetros estão em manutenção. Eu não discuto a legalidade do procedimento e da multa que não é aqui o local próprio para o fazer, mas Senhor Presidente, isto para mim é imoral. Não devem ser os particulares, para cumprir com a obrigação de pagarem o estacionamento, a terem de se deslocar centenas de metros para ver, ou para tentarem encontrar um parquímetro onde se possa pagar. Alguns até são doentes e têm problemas de locomoção. Quando as pessoas se dirigem à fiscalização e tentam justificar o porquê de não terem o pagamento efetuado, são eles próprios que dizem que têm instruções da Câmara que são para multarem e depois as pessoas se quiserem que impugnem a multa. Isto não pode continuar a acontecer Senhor Presidente. Quarto ponto: Como justifica o Senhor Presidente, uma vez que a Câmara Municipal anunciou o programa 37.20 em vários locais da cidade e mais ou menos dentro do mesmo tempo, a Associação de Festas de La-Salette anunciou a suspensão das Festas de La-Salette? Outro ponto Senhor Presidente: Vai-se chegar ao final do mandato sem ter uma bicicleta ao serviço dos Oliveirenses? Finalmente Senhor Presidente, parece que existia um tabu acerca da sua candidatura à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, mas o Senhor Presidente, agora ao saudar a candidatura do Vítor Silva como candidato do Chega e a dar as boas-vindas ao debate eleitoral, parece que significa finalmente que esse tabu está desfeito. É também uma pergunta. É tudo Senhor Presidente.” =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Muito obrigado a todos pelas intervenções. Vamos procurar dar respostas às questões colocadas. Em relação à intervenção da Dra. Carla: Efetivamente o nosso Centro de Vacinação está a trabalhar bem. Aliás, os centros de vacinação na região estão a trabalhar bem, o que é ótimo para a nossa população porque efetivamente estamos alinhados com aquilo que é a estratégia nacional em termos de objetivos e isso é muito importante e naturalmente não é mérito específico de ninguém, é mérito de todos aqueles que colaboram para que as coisas funcionem bem e que se empenham diariamente para servir a nossa comunidade. Em relação aos Censos: Efetivamente os municípios estão a ser convocados pelo INE para a promoção de reuniões, não para a apresentação de notas finais. São notas ainda muito provisórias, mas a nossa reunião ainda não ocorreu porque recebemos essa comunicação no final da passada semana e estamos a articular agendas para que a reunião seja possível e tenhamos a oportunidade de ser informados sobre precisamente esses resultados provisórios. Em relação à Escola Ferreira da Silva: Esse assunto é um assunto, quer a questão do mobiliário, quer a questão do pavilhão, são assuntos sobejamente conhecidos do executivo camarário. Sensíveis a isso, por isso é que muito*

recentemente investimos 15 ou 16 000,00€ na compra de mobiliário para esta escola a pedido do Sr. Diretor de Agrupamento. Estamos a falar de há alguns meses atrás. Agora, é evidente quando estamos a falar de um esforço que não é um pequenino esforço, é um esforço substancial - estamos a falar de mais de 60 000,00€ para mudar esse mobiliário -, é evidente que sabendo nós da situação do nosso parque escolar, sabendo nós que o problema do mobiliário antiquado, obsoleto, não é um exclusivo desta escola Ferreira da Silva e sabendo nós também a responsabilidade que a Tutela tem neste domínio, é evidente que aquilo que nós vamos procurar fazer, é também chamar à responsabilidade o próprio Ministério da Educação de maneira a que este investimento, seja um investimento que seja apoiado pelo próprio Ministério. Mas estamos a trabalhar. Inclusive, eu pedi ao Sr. Diretor do Agrupamento, para me fazer chegar os pedidos em relação a estas duas necessidades quer do mobiliário escolar, quer da requalificação do pavilhão desportivo, no sentido de procurarmos em conjunto, encontrar as melhores respostas. Em relação à Escola Maria Godinho: Senhora Vereadora, sinceramente não conheço nenhum problema em concreto. O Senhor Vereador poderá dar essa explicação. O que aconteceu foi que depois das obras de intervenção - não foi a Câmara Municipal -, procederam à poda das árvores da escola. E nessa operação da poda, danificaram o trabalho que tinha sido feito, ou seja, os revestimentos metálicos que tinham sido feitos, foram danificados e em resultado dos danos que foram causados no telhado, surgiram infiltrações. E portanto, julgo que esse problema estará resolvido, se é que estamos a falar deste problema, tenho que enquadrar as coisas. O Senhor Vereador poderá dar informações adicionais, mas que seja do meu conhecimento, não existem infiltrações no interior da escola. Existiu sim, foi uma operação de poda das árvores depois das obras concluídas. Algumas rancas dessas árvores caíram em cima do zinco, da estrutura que foi construída, danificando-a e originando essas infiltrações. Em relação à intervenção do Senhor Vereador José Campos e a informação que proferiu da empreitada: A empreitada a que se está a referir é a empreitada da ponte, não é? Na Rua Abel Silva Ribeiro? A ponte está concluída. Essa obra está concluída, não tem nada a ver, se for lá.... Está completamente pronta e foi concluída dentro do prazo. Portanto, não houve nenhuma anormalidade. A União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, como sabem, submeteu à nossa aprovação um apoio para obras de requalificação na envolvente da sede da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta e nós participamos nessas obras. Para além disso, nós percebemos e fomos contactados também por alguns proprietários, após a operação de alargamento e requalificação da ponte, de que manifestavam disponibilidade para cederem terreno para que se procedesse ao alargamento da via. Portanto, foi esse trabalho que estivemos a fazer durante todo este tempo e não tem rigorosamente nada a ver com o trabalho na ponte da Rua Abel Silva Ribeiro. Aproveitamos para fazer esse alargamento para os dois lados da ponte, quer na direção da sede da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, quer na direção de Palmaz. Para além disso o que acontece é que nós tivemos a oportunidade, e esse alargamento vai-nos permitir fazer passeios também na via, surgiu também a possibilidade de instalarmos em Alviães - estamos a falar por cerca de 70 000,00€ -, dotarmos toda aquela zona de saneamento. Portanto, surgindo essa oportunidade, aquilo que nós

fizemos foi abrir vala e instalar saneamento e agora vamos proceder a uma operação de repavimentação integral de toda aquela via, ficando toda aquela zona com uma requalificação profunda, com perfil de via completamente diferente do que existia antes, e portanto, com condições de qualidade em relação à acessibilidade à Freguesia de Palmaz. Portanto, eu queria deixar claro, não porque isto seja particularmente relevante ou importante, mas sobretudo porque devemos ser corretos e leais com os nossos parceiros e fornecedores. Quero deixar aqui bem claro que por parte da empresa construtora, responsável pela requalificação da ponte, o trabalho foi feito dentro do prazo. Todas as obras que estão neste momento por concretizar são obras da Câmara Municipal e portanto, essa empresa não tem nenhuma responsabilidade nesse processo. A Câmara Municipal é que procedeu a operações de alargamento da via, correção de traçado, correção de curvas. É a Câmara Municipal que está a fazer o saneamento em Alviães e portanto, a empresa não tem rigorosamente nada ver com isto. Fez o seu trabalho e fê-lo bem. Tudo aquilo que falta Senhor Vereador, é da responsabilidade da Câmara. Nós estamos à espera - espero que muito rapidamente -, possamos avançar com a operação de pavimentação que permita que aquela zona fique bem requalificada. Esperemos que isso aconteça muito rapidamente. Em relação ao Mercado Municipal: Senhor Vereador, o problema dos prazos é precisamente esse, percebe? Quando nós não controlamos os prazos, quase sempre somos levados a falhar não tendo nenhuma responsabilidade. O que é que acontece? Estamos neste momento a aguardar. Até ao final desta semana decorre o prazo para apresentação de propostas para equipar o mercado provisório. Eu poder-lhe-ia dizer 'bem, depois temos um relatório preliminar, depois um relatório definitivo, uma semana, duas semanas, estará tudo pronto. Em julho estaremos em condições de começar a instalar'. Bem, mas basta que haja litigância, que haja um problema para isto se protelar no tempo. Aquilo que nós esperamos, é que até ao final desta semana apareça uma proposta vencedora e que essa proposta vencedora possa no princípio do mês de julho começar a instalar todo o mercado provisório para tentarmos ainda durante o mês de agosto proceder às operações de transferência do mercado atual para o mercado provisório. Mas isto são tudo informações que não são passíveis de assegurar com toda a certeza, porque obviamente estamos dependentes de externalidades que nós não conseguimos controlar, mas que gostaríamos de controlar. Por isso é que é muito complicado adiantarmos prazos às pessoas, porque nós podemos adiantar prazos quando temos objetivamente informação de que as coisas estão concluídas, ou de que as coisas vão ser iniciadas. Portanto, essas informações não existem, o que eu lhe posso adiantar é isto que lhe disse. Esperamos que durante o mês de julho decorram as operações de instalação do mercado provisório e que tenhamos condições para durante o mês de julho fazermos a transferência também do atual mercado para o mercado provisório, para que em agosto o mercado possa funcionar já nas instalações provisórias. São esses os dados. Agora se falhar... esta informação que eu tenho é a que eu lhe posso disponibilizar. Em relação à questão concreta que colocou sobre se o SIAC vai manter-se no atual mercado: Não está perspectivado o SIAC manter-se no atual mercado. Aquilo que nós delineamos foi uma estratégia de 'Balcão Único' de atendimento no novo edifício do Fórum Municipal. E portanto, nós queremos que as respostas estejam o mais

integradas possível, o mais concentradas possível, de forma a que as pessoas não tenham que andar a circular entre edifícios, não tenham que andar a circular entre serviços. Aquilo que temos previsto é que o SIAC possa, à semelhança da grande maioria dos serviços municipais, estar alojado no Fórum Municipal que está neste momento a ser construído. O que não quer dizer que durante estes dois anos em que as obras vão ocorrer, não possa surgir outra possibilidade, ou o novo executivo ter uma perspetiva diferente desta e entender que o SIAC deve ficar no mercado ou noutra local qualquer. Eu estou a dar-lhe a nossa perspetiva e a nossa perspetiva é esta. É procurarmos que dentro do mesmo espaço tenhamos o maior número de respostas possível. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Rui Lopes: Apenas para pedir-lhe desculpa. Efetivamente comprometi-me a enviar documentação, pedi essa documentação. Não sabia que ainda não lhe tinha sido enviada. Vou assegurar que ela lhe seja enviada. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Ricardo Tavares: O Pão de Ul é um ativo importantíssimo no nosso concelho. É evidente que o Pão de Ul não está esquecido, o Pão de Ul não está ostracizado. Nós consideramos é que este processo da sua certificação, da sua proteção, é um processo fundamental. É tremendamente importante que o Pão de Ul seja certificado, que seja certificado o seu método de produção, seja certificado todo o seu processo de fabrico, mas o Pão de Ul não é seguramente um ativo que seja desvalorizado por este executivo, como nenhum ativo potencial do nosso concelho é. Nós naturalmente acarinhámos o Pão de Ul, acarinhámos todos os produtos da nossa terra, todos os produtos que têm origem no nosso concelho e o Pão de Ul naturalmente não é exceção. Portanto, aquilo que nós esperamos é que o Pão de Ul possa ser o cabeça de cartaz de um festival que venhamos a realizar no futuro, o Pão de Ul possa ser um produto distintivo, um produto que demonstre claramente aquilo que é a qualidade dos produtos que são produzidos no nosso concelho, neste caso no domínio da gastronomia, e seja mais um elemento da afirmação da notoriedade do nosso concelho. Aliás, nós estamos precisamente a desenhar uma resposta ao nível do turismo industrial, onde vamos procurar que precisamente uma das unidades industriais a ser visitada, seja uma indústria de transformação, de descasque de arroz, onde podemos fazer depois a ligação entre o descasque do arroz e aquilo que acontecia nos nossos moinhos e depois, obviamente a farinha que era produzida para o nosso Pão de Ul. Uma das coisas que é muito interessante, e enquanto nós aguardamos pelo desfecho da certificação do Pão de Ul, foram os kits gastronómicos que fizemos, onde as nossas ofertas incluem sempre um conjunto de produtos locais. Portanto, nós temos os kits que oferecemos a quem nos visita - visitas institucionais - e nesses kits procuramos incluir um conjunto de produtos gastronómicos do nosso concelho, promovendo-os e fazendo essas ofertas a par das ofertas tradicionais que têm a ver com o nosso vidro, mas procuramos introduzir também esta componente dos produtos gastronómicos para que quem nos visita, leve daqui uma boa recordação da qualidade dos produtos que aqui são produzidos diariamente. Em relação à questão dos parquímetros: Senhor Vereador, tomei boa nota daquilo que disse. Desconhecia essa particularidade. Sei que por vezes os parquímetros estão em manutenção ou avariam. É normal, já são equipamentos com vários anos e que estão obsoletos. Aliás, será importante equacionar no futuro a sua substituição por equipamentos mais

atuais, que tenham outro tipo de respostas, outro tipo de funcionalidades. O Senhor Vereador poderá dar essa informação e atuar caso tenhamos ruas onde a totalidade dos parquímetros estejam em manutenção. É evidente que se me referir que a rua tem dois parquímetros e os dois estão manutenção, obviamente que temos a totalidade dos parquímetros em manutenção. Não me parece é que haja uma avaria generalizada dos parquímetros, eu julgo que poderá haver um ou outro caso, casos que são normais e aconteceram sempre. Em relação às instruções dos fiscais, que é para multar, 'façam assim', 'façam assado': Eu não vou comentar isso. Os fiscais, a única coisa que lhes é dito é para fazerem o seu trabalho e para fazerem bem o seu trabalho e portanto, não existem orientações específicas para multa, e 'façam assim', 'façam assado', 'não sejam condescendentes', 'não sejam tolerantes'... Não é dito nada disso. Aquilo que dizemos é para que eles tenham uma atitude pedagógica, sejam o mais colaborativos possível com os munícipes, mas obviamente perante situações de incumprimento da lei, devem atuar porque é para isso que eles existem, foi assim no passado e é assim hoje. Em relação ao 37.20: Não estamos a falar do 37.20 tradicional, daquele que tínhamos antes da pandemia. Estamos a falar de um conjunto de apontamentos minimalistas que são feitos em diferentes espaços. A Senhora Vereadora Inês Lamego dar-lhe-á informação sobre isso. Portanto, não podemos comparar aquilo que vão ser as ofertas disponibilizadas através deste 37.20 específico, com as Festas em Honra de Nossa Senhora de La-Salette que foram canceladas. Estamos a falar de eventos completamente diferentes. Um é um evento de massas, este 37.20 não é um evento de massas. O 37.20 em condições normais, esse sim, seria um evento de massas. Portanto, nós não quisemos deixar passar este período do verão sem termos alguma animação e portanto, vamos fazer um conjunto de animações no âmbito do 37.20 que não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que era o cartaz habitual do 37.20. Em relação ao tabu: Eu não tenho nada a acrescentar a isso, eu simplesmente limito-me a saudar todas as pessoas que se disponibilizam para refletir sobre o nosso concelho, fazendo-o no âmbito de uma campanha eleitoral. Saúdo democraticamente todas as pessoas que se disponibilizam para se candidatarem à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Faço-o num registo de cordialidade, num registo de educação e num registo de respeito democrático. E portanto, não tem aqui nada a ver com tabus, ou deixar de ser tabus. Acho que isso são assuntos que não interessam sinceramente para aquilo que é a nossa atividade enquanto executivo camarário. Nós estamos aqui para resolver os problemas dos Oliveirenses, não estamos aqui para desfazer ou alimentar tabus. Isso é uma questão sinceramente que não tem qualquer relevância e que não merece mais nenhum comentário adicional. Julgo que genericamente respondi às questões que os Senhores fizeram o favor de colocar, mas naturalmente se alguém achar que é necessário algum esclarecimento... Ah, peço desculpa, já ia esquecer aqui uma coisa: O Senhor Vereador Ricardo Tavares colocou também uma questão em relação às bicicletas elétricas. Como sabe, tivemos oportunidade de apresentar um regulamento para a sua utilização. Estamos a trabalhar, julgo que até durante a próxima semana, já teremos no terreno a equipa que vai começar a criar condições para se instalar não só as bicicletas elétricas, que como sabem, mais uma vez vou referir, foram adquiridas a uma empresa que faliu, não existem peças, manutenção, foi preciso

trabalhar e esperar para que aparecesse uma empresa que assegurasse da melhor forma possível essa manutenção. Neste momento vamos ter algumas das bicicletas, as que foram possíveis de recuperar, em funcionamento e vamos ter também um conjunto de bicicletas convencionais a serem disponibilizadas à comunidade, no sentido de procurarmos começar a fazer este caminho de orientar as pessoas para modos de mobilidade alternativos, sobretudo modos de mobilidade amigos do ambiente – friendly –, modos de mobilidade que para além de permitirem que as pessoas se desloquem não criando pegada ambiental, pegada ecológica, tenham também a oportunidade de praticar desporto e hábitos de vida saudáveis. Portanto, esperamos que durante a próxima semana se inicie já o processo de disponibilização, ou de instalação, ou de colocação em funcionamento das boxes porque elas estão também avariadas e serão reparadas, no sentido de podermos ter as bicicletas elétricas. Mas também muito importante, não apenas as bicicletas elétricas, temos bicicletas convencionais a serem disponibilizadas sendo isto claramente um início de um caminho, nada absolutamente extraordinário, porque nós só conseguimos atingir essa condição, quando tivermos a bicicleta a ser usada de forma generalizada. Portanto, esse é um caminho que temos ainda muito que fazer, mas é um caminho que depende do trabalho que nós todos fizemos desde as nossas casas e famílias até às nossas escolas. Portanto, uma mudança de hábitos demora algum tempo a acontecer, mas aquilo que é desejável é que cada vez mais as pessoas possam utilizar a bicicleta, ou andarem a pé para se deslocarem e para satisfazer as suas necessidades, naturalmente sempre que isso seja possível.” =====

===== *O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente: Eu não tinha falado das bicicletas elétricas, eu tinha falado nas bicicletas em geral. Independentemente da justificação que o Senhor Presidente tem dado para as bicicletas elétricas, há meses que existem as bicicletas não elétricas e por isso é que a minha pergunta foi se o Senhor Presidente ia terminar este mandato sem ter uma única bicicleta ao serviço dos Oliveirenses. Eu não distingui as bicicletas elétricas das não elétricas. Depois, queria perguntar, porque já o fiz e a propósito do mercado: Porque é que foram lá colocados os taipais para o início da obra? Porque por isso é que foram lá colocados.” **Senhor Presidente:** “Bom, os taipais foram colocados para o início da obra, porque a empresa vai começar a intervir nesta parte do Mercado Municipal, já. Ou seja, nós temos o Café Arcádia que como sabem tem um problema para resolver, um problema complicado de uma escavação que foi feita, da água que circula no seu interior. Temos também a parte do Salão Nobre que tem que ser toda limpa, tratada.... Há aqui um conjunto de trabalhos preparatórios que estão a ser feitos e vão ser feitos e aquilo que esperamos, é que existam condições para trabalhar nesta frente de obra, nesta parte do mercado, para que depois o mais rapidamente possível possamos transferir as pessoas para as instalações provisórias e aí sim, a empresa poder atuar em todo o Mercado Municipal. Mais alguma questão?” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, esta minha pergunta prende-se com o seguinte: Esta informação que o Senhor Presidente deu agora não transmitiu aos comerciantes do mercado.*

Porque por exemplo, chegaram a mim, certamente chegaram a outros colegas Vereadores, a dúvida dos mesmos, do porquê de estarem lá os taipais sem saberem quando é que se iam deslocar para o mercado provisório. Por isso é que eu fiz essa pergunta aqui porque pelos vistos essa informação também não tinha sido dada aos comerciantes.” **Senhor Presidente:** *“Senhor Vereador, sabe que o assunto mercado tem sido objeto de muito ‘diz que disse’, muita informação, de uma tentativa generalizada de dizer que as pessoas não têm sido informadas e acompanhadas. Nós temos funcionários no mercado com quem falamos, temos um responsável pelo mercado com quem falamos e essa é uma informação que tem sido articulada. Agora nós não passamos a vida a dizer a par e passo o que vai acontecer no mercado, sem termos alterações profundas àquilo que são as últimas informações que demos às pessoas. Nós tivemos oportunidade de reunir com os representantes dos comerciantes do Mercado Municipal e de esclarecer com eles todas as dúvidas que subsistissem. Claro que é natural, é normal, que esses comerciantes tenham colocado as questões. Aliás, já foram aqui colocadas pelo Vereador José Campos que são, quando é que vamos mudar, quando é que se iniciam as obras, etc.... Aquilo que lhes foi dito foi que estamos a criar condições para que o mais rapidamente que fosse possível, tivéssemos a possibilidade de mudar para o mercado provisório. Foram dadas outras informações no sentido de os tranquilizar. Aliás, já tive oportunidade de explicar isso na última Assembleia Municipal em relação aos transportes de ligação entre o atual mercado e o mercado provisório. Há um conjunto de mobiliário urbano que vai ter que ser retirado daquele espaço da frente, há um conjunto de trabalho que tem que ser feito, os ‘mupis’ têm que ser retirados, os candeeiros da Câmara Municipal que têm que ser retirados, um conjunto de limpezas que têm que ser feitas, a retirada da caixa multibanco. Há um conjunto de trabalhos preparatórios que têm que ser feitos e que vão ser feitos. Têm que ser feitos com condições de segurança, ou seja, não podem estar a ser feitos com as pessoas a passarem naquela zona. Portanto, foi vedada aquela zona. É uma zona onde a empresa vai começar a criar condições, vai inclusive - suponho eu – a instalar também a sua parte social, porque tentará aproveitar o equipamento para criar ali alguma zona de refeitório e vestiário para os colaboradores porque existem condições para o fazer. Esse é um trabalho que está a ser feito procurando sempre articular o funcionamento do mercado com a necessidade da empresa começar a entrar em obra, porque estamos a falar de uma obra que em parte é suportada por fundos comunitários e há a necessidade de termos a execução desses fundos comunitários o mais rapidamente que nos for possível. Aquilo que é realmente importante é a requalificação desse equipamento. E disso temos falado muito pouco, ou seja, nós perdemos muito mais tempo a falar de questões acessórias. Eu tenho a certeza absoluta e dou essa garantia, os comerciantes e os consumidores vão ter excelentes condições no mercado provisório. Aliás, foi essa a perceção com que nós ficamos depois da reunião que tivemos com os comerciantes e vamos assegurar o transporte e criar condições para que os comerciantes não percam rendimento, não vejam, digamos, as suas vendas baixarem e vamos criar condições para que também os consumidores, com facilidade, possam aceder ao espaço provisório e vamos criar também todas as condições para procurar fazer com que as coisas funcionem bem durante estes dois anos em que o mercado*

atual vai ser requalificado. Mas aquilo que é importante, é que nós percebamos que vamos ter um mercado com condições completamente diferentes das atuais. As pessoas vão ter sanitários decentes, vão ter estacionamento no interior do mercado, condições para cargas e descargas com segurança, vão ter um programa cultural e programa de animação do mercado que o vai transformar também num equipamento cultural para além do equipamento comercial, vamos ter um mercado moderno, um mercado com dinâmicas completamente diferentes das dinâmicas atuais. Isso é que é absolutamente relevante e é nisso que naturalmente temos que nos concentrar. O resto, são condições que nós temos obrigação de procurar assegurar, criando o mínimo de impacto possível, quer para os comerciantes, quer para os consumidores. É essa a nossa preocupação, é essa a preocupação que temos tido e vamos manter porque não se trata de mudar apenas as pessoas, trata-se de procurar durante o período em que as pessoas estão no mercado provisório, de que haja uma comunicação constante, haja a resolução dos problemas que eventualmente venham a surgir, sejam de que natureza for, para que comerciantes e consumidores tenham pelo menos as mesmas condições que têm no mercado atual. Que reconheçamos, não são muitas, mas pronto, são as que temos. Aquilo que pretendemos é que efetivamente as condições que nós venhamos a ter no futuro, sejam incomparavelmente melhores do que as condições atuais e que isso traduza em melhores condições atualmente para os consumidores, mas que se traduza também em muito mais rentabilidade para a atividade dos comerciantes. É essa a nossa preocupação e é por isso que o mercado municipal – por isso e por muitas outras coisas – está a ser requalificado. O resto são questões, são situações, são problemas que são normais nestas circunstâncias e que vamos procurando resolver e vamos procurando articular em colaboração, naturalmente com os comerciantes, no sentido de que isto tenham o menor impacto possível para os consumidores.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pois muito bem. Para nós o que nos apraz agora é resolver a situação do presente. Quando chegarmos ao futuro, aqui estaremos para apreciar o futuro. Ok.” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador: Claro. Nós queremos resolver o presente e queremos começar a preparar o futuro. E esse é um trabalho muito importante, porque queremos que o mercado logo que esteja requalificado, esteja em condições para promover aquilo que nós queremos que o mercado promova. O mercado, não queremos que seja apenas um equipamento comercial, queremos que seja um equipamento que crie relação, que crie atração para esta zona da cidade, uma zona que - reconheçamos todos - precisa de mais dinâmica. Portanto, esperemos que este importante equipamento, este grande equipamento que temos em pleno centro da cidade possa ajudar a criar uma dinâmica acrescida, não só na zona da Praça José da Costa, como também na nossa rua pedonal. A nossa preocupação e perspetiva é essa.” =

===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Inês Lamego** que fez a seguinte intervenção: “Em relação ao que foi aqui falado do 37.20: Eu não tenho muito a acrescentar àquilo que disse. Só realmente tranquilizar as pessoas que de facto o programa que foi pensado, foi com artistas, com ‘prata da casa’, na sua esmagadora maioria com Oliveirenses, com crianças e jovens da Academia de Música...” **Senhor Presidente:** “Aproveitando também

para os ajudar.” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “Exatamente. Ajudar e promovê-los também, não é? Mas não fazendo disso nenhum momento que possa ou que se espere que propicie grande aglomeração de pessoas, até porque os locais que foram escolhidos, a La-Salette, a Praça da Cidade também, mas até o próprio Mercado Municipal, são locais que são naturalmente visitados pelas pessoas e o objetivo foi só que as pessoas ao visitarem esses locais, tivessem uma animação diferente e por isso é que os grandes concertos que estavam previstos para o ano passado, voltaram a ser adiados, porque de acordo com as restrições que vivemos, esses grandes aglomerados de pessoas não podem ser promovidos. Portanto, só tranquilizar, não acrescento grande informação, mas é efetivamente um programa light que pretende apenas trazer à cidade alguma animação, mas com alguma garantia de que – se é que isso se pode dizer – vamos só aos locais onde naturalmente as pessoas naturalmente vão. Só isso.” =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento do seguinte documento: - Modificação Orçamental n.º 14/2021; - Documento I/33394/2021, Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 02-06-2021 a 17-06-2021. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 91 (reunião ordinária de 09 de junho de 2021), a qual foi aprovada por unanimidade. Não participou na votação o Senhor Presidente da Câmara Municipal, por não ter estado presente na reunião a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES** =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DA MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA E FISCALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO (I/30655/2021) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município de Oliveira de Azeméis tem assumido uma posição no processo de descentralização de competências, como instrumento de melhoria dos serviços públicos, de fortalecimento do poder local, reforço do papel das autarquias num registo de proximidade, de desenvolvimento e valorização da coesão territorial. - A publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, veio abrir caminho para a posterior publicação dos Diplomas setoriais que concretizam os princípios gerais da Lei-Quadro. - O Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, concretiza o processo de transferência de competências para as autarquias locais na área da cultura, ancorado, nos princípios da subsidiariedade, da

descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Desta forma, prevê-se o reforço das competências das autarquias locais, através da descentralização de competências da Administração direta e indireta do Estado. - Aproveitando a vasta experiência municipal da promoção de programação cultural local, bem como da gestão, valorização e conservação do património cultural, são transferidas para os órgãos municipais as competências relativas ao controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística, passando a ser competência municipal receber as comunicações prévias de espetáculos de natureza artística, assim como a fiscalização da realização de tais espetáculos. - O Projeto de Regulamento Municipal da Mera Comunicação Prévia e Fiscalização de Espetáculos de Natureza Artística, terá por dotar o Município de um instrumento que regule o controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística, em execução do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, e n o cumprimento do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, alterado pelo Decreto- Lei n.º 90/2019, de 05 de julho. Tendo em vista à formalização das necessidades indicadas, é intenção deste Município dar início ao procedimento de elaboração do Projeto do Regulamento supra mencionado, nos termos do artigo n.º 98º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, promovendo-se a consulta a todos aqueles que se podem constituir como potenciais interessados, para que estes possam apresentar os seus contributo no âmbito deste procedimento. Propõe-se que: 1. Seja dado inicio ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento, nos termos do artigo n.º 98.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro; 2. Se promova a consulta, por Edital, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias uteis, contados da data da publicitação da deliberação da Câmara Municipal, para que aqueles possam constituir-se como tal e apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento; 3. Os que pretendem constituir-se como interessados e apresentar os seus contributos devem formalizar por escrito, contendo o nome completo, morada ou sede, NIF, dirigido ao Presidente da Câmara, colocando como assunto, o seguinte texto: " Apresentação de sugestões - Projeto de Regulamento Municipal de Mera Comunicação de Espetáculos de Natureza Artística ", e remeter as suas sugestões via correio eletrónico, para o seguinte endereço: geral@cm-oaz.pt ou via postal para Município de Oliveira de Azeméis, Largo da Republica, 3720 - 240 Oliveira de Azeméis; 4. Seja designado o funcionário Luís Fernandes, afeto ao Gabinete de gestão de Licenciamento de Atividades Diversas, como responsável pela direção do procedimento regulamentar, na qual é delegado o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência dos interessados, a consulta ou solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades e realização da consulta pública nos termos das normais legais aplicáveis." Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO – INÍCIO DE PROCEDIMENTO (I/30672/2021) – APROVAÇÃO:** *Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município de Oliveira de Azeméis tem assumido uma posição no processo de descentralização de competências, como instrumento de melhoria dos serviços públicos, de fortalecimento do poder local, reforço do papel das autarquias num registo de proximidade, de desenvolvimento e valorização da coesão territorial. - A publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, veio abrir caminho para a posterior publicação dos Diplomas setoriais que concretizam os princípios gerais da Lei-Quadro. - Numa lógica de proximidade, de agilização e simplificação de procedimentos, o Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (MAJFA), nomeadamente, rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. - O Projeto de Regulamento Municipal de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo (MAJFA), terá por objeto dotar o Município de Oliveira de Azeméis de um instrumento que regule a autorização de exploração das modalidades afins e jogo de fortuna ou azar e outras formas de jogo nos termos do Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/95 de 19 de janeiro que reformula a lei do jogo. Tendo em vista à formalização das necessidades indicadas, é intenção deste Município dar início ao procedimento de elaboração do Projeto do Regulamento supra mencionado, nos termos do artigo n.º 98º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, promovendo-se a consulta a todos aqueles que se podem constituir como potenciais interessados, para que estes possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento. Propõe-se que: 1. Seja dado início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento, nos termos do artigo n.º 98º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro; 2. Se promova a consulta, por Edital, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias uteis, contados da data da publicitação da deliberação da Câmara Municipal, para que aqueles possam constituir-se como tal e apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento; 3. Os que pretendem constituir-se como interessados e apresentar os seus contributos devem formalizar por escrito, contendo o nome completo, morada ou sede, NIF, dirigido ao Presidente da Câmara, colocando como assunto, o seguinte texto: " Apresentação de sugestões - Projeto de Regulamento Municipal (MAJFA) ", e remeter as suas sugestões via correio eletrónico, para o seguinte endereço: geral@cm-oaz.pt ou via postal para Município de Oliveira de Azeméis, Largo da Republica, 3720 - 240 Oliveira de Azeméis; 4. Seja designado o funcionário Luís Fernandes, afeto ao Gabinete de gestão de Licenciamento de Atividades Diversas, como responsável pela direção do procedimento regulamentar, na qual é delegado o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos*

os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência dos interessados, a consulta ou solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades e realização da consulta pública nos termos das normais legais aplicáveis.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ACEITAÇÃO DE DOAÇÕES (I/32710/2021) – APROVAÇÃO:**

Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação ensino e formação profissional e ação social (art.º 23º, nº 2, alínea d) e g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações); 2. Compete à camara municipal: a) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, sendo esta competência indelegável no Presidente da Câmara; b) Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudante (art.º 33º, nº 1, alíneas j) e hh) e art.º 34º, nº 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 3. Há empresas que se mostraram disponíveis, no âmbito da sua política de responsabilidade social, para financiar bolsas de estudo a atribuir pelo município, no âmbito do Regulamento de Bolsas de Estudo para alunos do Ensino superior (documento esse que fica anexo ao livro de atas); Proposta: Pelo exposto, nos termos do art.º 23º, nº 2, alínea d) e g) e art.º 33º, nº 1, alíneas j) e hh) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, propõe-se a aceitação das seguintes doações, que serão afetas exclusivamente aos fins do Regulamento de Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior. A saber: 1. FERPINTA – Ind. Tubo Aço de F.P.T., S.A. | NIF 500113009 | CARREGOSA – OAZ | 2 Bolsas de Estudo | Doação de 3 000€ 2. SIMOLDES GROUP – TOOL DIVISION | Simoldes, Aços S.A | NIF 500250650 | OAZ – OAZ | 2 Bolsas de Estudo | Doação de 3 000€ 3. NOVARROZ – PRODUTOS ALIMENTARES, SA | NIF 503249734 | LOUREIRO – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€ 4. CHETOCORPORATION, S.A. | NIF 509236200 | LOUREIRO – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€ 5. COVEMA MADEIRAS, LDA. | NIF 506448762 | LOUREIRO – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€ 6. SILAMPOS, S.A. | NIF 500409927 | CESAR – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€ 7. GERLA, UNIPessoal, LDA. | NIF 510716962 | NOGUEIRA DO CRAVO – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€ 8. ASPÖCK PORTUGAL, S.A. | NIF 500643024 | VILA DE CUCUJÃES – OAZ | 1 Bolsa de Estudo | Doação de 1 500€.” Pelo Senhor Presidente foram dadas informações sobre a proposta apresentada, seguindo-se a intervenção da **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**: “Senhor Presidente, eu só tenho um comentário a fazer: É óbvio que reconhecemos e agradecemos a responsabilidade social destas empresas, mas dizer que, como o Senhor Presidente disse, e bem, num período particularmente difícil para as empresas de Oliveira de Azeméis, num período em que atravessam todas as dificuldades da crise pandémica e da crise económica, a Câmara Municipal estar a pedir às empresas mais este esforço e serem as empresas a ajudar o município, como o Senhor Presidente

disse, e bem, em vez de ser o município a ajudar e facilitar a vida das empresas, parece-me aqui um bocadinho um contrassenso. E nós sabemos que estas empresas, e as empresas de Oliveira de Azeméis, sempre participaram e foram solidárias também com bolsas de estudo para o ensino superior. Só quero relembrar aqui que os Rotários de Oliveira de Azeméis há muitos anos que atribuem bolsas a alunos carenciados e alunos com reconhecido mérito e são as empresas, obviamente Oliveirenses, que subsidiam essas bolsas. O que me parece de realçar, é que neste período particularmente difícil, a Câmara Municipal não tenha assumido a sua responsabilidade. Assumi em parte com as dez bolsas que instituiu, mas depois foi pedir este esforço enormíssimo numa situação gravíssima, às empresas para subsidiar estas bolsas. Particularmente neste período, a Câmara Municipal deveria ter assumido, ela, este esforço e depois quando as coisas melhorassem, aí sim, eventualmente desafiar as empresas. Porque é óbvio que o ensino superior é importante e é importante que todos tenham acesso ao ensino e ninguém fique impedido disso por carências económicas, mas esta minha intervenção tem a ver apenas e só com a particularidade do momento que atravessamos e com este esforço grande e adicional que foi pedido pela Câmara Municipal às empresas. Portanto, saudar aqui as empresas que apesar de tudo ainda conseguiram ser solidárias e responsáveis neste momento.” Par dar resposta à intervenção anterior, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Senhora Vereadora, ainda bem que as empresas têm essa preocupação e essa responsabilidade e disponibilidade, porque foi precisamente isso que eu sublinhei. Esta proposta foi acolhida com todo o entusiasmo e com toda a disponibilidade. Isto não foi um processo de negociação, foi um processo de pronta disponibilidade das empresas para colaborar. Portanto, repare, nós até podíamos ter trabalhado para vinte ou trinta bolsas porque teríamos seguramente empresas no nosso concelho disponíveis para o fazer. Reconhecer naturalmente o trabalho que os Rotários fazem, um trabalho que complementa o trabalho que a Câmara Municipal faz e só assim é que é possível termos uma comunidade realizada, quando os seus agentes seja a sociedade civil, sejam as instituições públicas, colaboram no sentido de criar respostas. E estas são respostas de grande alcance, importância e relevância. Portanto, este esforço que foi pedido às empresas Oliveirenses e prontamente aceite, não foi um esforço imposto. Isto é um esforço que resulta da generosidade e pronta disponibilidade das empresas para colaborarem neste processo. Portanto, este agradecimento e reconhecimento é devido porque as empresas melhor do que ninguém, percebem as dificuldades que se estendem a todos, incluindo às Câmaras Municipais e portanto, estão disponíveis para continuar a apoiar o nosso movimento associativo e desportivo, a terem responsabilidade social e estarem ao lado da autarquia no assegurar destas respostas que no caso desta em concreto é uma resposta de grande alcance social. Portanto, dar os parabéns às nossas empresas por terem esta visão e por terem a capacidade para fazerem este esforço que naturalmente reconhecemos, mas que fundamentalmente agradecemos de forma muito sensível. Vamos votar.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ESCOLA LIVRE DE AZEMÉIS; CASA DO POVO DE CESAR; GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE OSSELA; CLUBE DESPORTIVO DE CUCUJÃES E PINDELO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (I/33445/2021) – APROVAÇÃO DE MINUTAS DE PROTOCOLO:** *Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município tem de fazer face à sobredotação das instalações desportivas, no sentido de facultar ao associativismo e munícipes instalações para treino e competição; - Se pretende promover a equidade e a igualdade de oportunidades para as entidades desportivas, bem como aumentar o número de praticantes nas diversas modalidades nos escalões de formação, e proporcionar a generalização do acesso à prática desportiva nas diferentes freguesias/uniões de freguesia do Município de Oliveira de Azeméis; - O aproveitamento das instalações desportivas existentes na área do Município, se enquadra na política integrada de rentabilização de recursos que subjaz à ação da autarquia e que é concordante com as orientações do Governo, consubstanciando os princípios da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro; - Um dos Objetivos de Desempenho dos serviços é “Implementar o Plano Estratégico do Desporto”; - Para a concretização daquela necessidade, as entidades acordam com o Município a cedência temporária de utilização do seu pavilhão desportivo, do qual é legítimo possuidor, mediante recebimento de apoio financeiro no valor de 25€ (vinte e cinco euros) por hora, por equiparação, ao valor base cobrado no Pavilhão Municipal, decorrente da sua utilização para a prática desportiva; - A crescente importância do desporto e das atividades físicas como fator de promoção da saúde, de bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; - A prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis; - Foi elaborada a Informação Interna I/30991/2021 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Não é aplicável ao presente protocolo o Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29, de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de agosto, tendo em conta o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do anexo ao referido código. - Designei a trabalhadora Elizária Bastos, como Gestora do presente Contrato (art.º 290.ºA do CCP); Ao abrigo da alínea u) número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12.09 e respetivas alterações; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponível os nºs 1037, 1038, 1039, 1044 e 1045 de 2021, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e posteriores alterações; Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minutas de Protocolos a celebrar com a Escola Livre de Azeméis; Casa do Povo de Cesar; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela; Clube Desportivo de Cucujães; Pindelo Associação Recreativa e Cultural e, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS** =====

===== **PISCINA MUNICIPAL LA-SALETTE – TAXAS A APLICAR NO ANO 2021 (I/33286/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O funcionamento da Piscina Municipal de La-Salette para a época balnear 2021, tem prevista abertura a 28 de Junho, coincidindo com a última fase do processo de desconfinamento e encerramento a 12 de Setembro, com horário de 2.ª feira a domingo entre as 9h30 – 13h30 e das 15h - 19h30; 2. Os municípios dispõem de atribuições do domínio dos tempos livres e do desporto (artigo 23.º n.º 2 alínea f da lei nº75/2013, de 12 de setembro), tendo assumido as atividades recreativas como contributo para o progresso humano, individual e coletivo, colocando-as ao serviço das populações; 3. É por todos reconhecido que as atividades recreativas são cada vez mais um fator de identidade cultural, promotor de desenvolvimento económico e um vetor importante na formação de gerações, desempenhando cada vez mais uma função dupla, a que não podem ser indiferentes as autarquias locais. Além do que, a dinamização de atividades recreativas é hoje um meio eficaz para atingir condições de bem-estar físico e mental, absolutamente necessárias para o equilíbrio da sociedade atual, contribuindo também para estabelecer relações de proximidade e um maior contacto com a natureza; 4. A intervenção das autarquias é determinante, quando assumem e integram as atividades recreativas e de lazer no conjunto das suas políticas municipais, as quais ultrapassam em muito as suas atribuições e competências; 5. De acordo com artigo 6.º, n.º1 e n.º3 alínea a) e b) do RMTLORM, poderão ser isentas totalmente, as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas equiparadas, as associações desportivas e as juntas de freguesia do município de Oliveira de Azeméis, desde que promovam atividades/eventos inseridos na realização e escopo do seu objeto social; 6. De acordo com o artigo 7.º n.º5 do TMTLORM, poderão ser isentas parcialmente até ao limite de 50% (n.º 1), as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, situações em que o município pretenda efetuar campanha que incentive os munícipes a usufruir dos seus serviços e espaços de lazer; 7. A Piscina Municipal de La-Salette é um equipamento social que se encontra ao dispor da população, designadamente dos estratos etários inferiores, de modo a garantir a ocupação dos tempos livres, correspondente ao período não letivo, de forma saudável, incentivando o convívio salutar entre os jovens e simultaneamente a prática desportiva; 8. O Decreto-Lei n.º 35-A/2021 regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2021 aplica-se, com as necessárias adaptações, à utilização das piscinas ao ar livre e orientação DGS 030/2020 relativa ao controlo da pandemia COVID19 que define condições de funcionamento e procedimentos de prevenção e controlo para espaços de lazer, atividade física e desporto e outras instalações desportivas; Propõe-se: - Dar continuidade à aplicação das taxas municipais aplicadas no ano anterior, as quais foram aprovadas nos termos e para os efeitos do art.º 23, n.º2

alínea f) da lei n.º75/2013, de 12 de setembro e art.º 7.º do RMTLORM, com aplicação de isenção parcial, considerando a respetiva adaptação ajustada aos períodos de funcionamento, da seguinte forma:

Taxas a aplicar em 2021		
Faixa etária	Período	Valor
Dos 6 aos 17 anos	Manhã	1,00€
	Tarde	1,00€
A partir dos 18 anos	Manhã	1,50€
	Tarde	1,50€

- Isenção total das taxas da Piscina de La-Salette, nos seguintes termos: - Até 2 entradas por utilizador, no período da manhã, (9h30 às 13h30), às IPSS'S ou equiparados e estabelecimentos do ensino público, associações desportivas e campos de férias promovidos por Juntas de Freguesia, para dinamização de atividades de férias desportivas para componente de apoio à família e ATL, com agendamento prévio obrigatório, de forma a salvaguardar a lotação máxima instantânea do equipamento municipal que estará fortemente condicionada pelos condicionalismos da COVID19; - Elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR), devidamente identificados, sujeito a disponibilidade existente no equipamento municipal, de acordo com lotação máxima definida; - Elementos dos Bombeiros Voluntários conforme Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis, em vigor.” Pelo Senhor Presidente foram dadas informações sobre a proposta apresentada, seguindo-se a intervenção do Senhor Vereador Hélder Simões: “Só uma nota. Efetivamente este é o mesmo modelo de 2020, um modelo de funcionamento que tem uma lotação diminuída face às contingências a que estamos obrigados. Quando nós elaboramos esta proposta, era previsível e estimamos a abertura coincidir com a última fase do plano de desconfinamento que era o dia 28 de junho, mas por questões técnicas este prazo terá que ser alterado. A previsão aponta para 5 de julho. Ainda estamos a ultimar trabalhos na piscina municipal, com atrasos na chegada de material e equipamento. Portanto, não acontecerá a 28 de junho como estava previsto, mas abriremos logo que seja possível, sendo que neste momento está estimado para dia 5 de julho.” **Senhor Presidente:** “Dar a informação que, previsivelmente, as piscinas funcionarão de 5 de julho a 12 de setembro.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Senhor Presidente, não podia deixar de reforçar o pedido e de sensibilizá-lo mais uma vez, para a necessidade de se criarem as condições de acessibilidade, porque temos nesta proposta - e muito bem - da tabela de taxas, a isenção de pagamento às IPSS's. Pergunto e recorro que pessoas com mobilidade muito condicionada fazem parte destas IPSS's e que se veem privadas... Eu sei que não é uma questão de hoje, mas que se continuam a ver privadas de acederem à piscina. Continuamos a não poder ver lá outro tipo de público, poderem também essas pessoas usufruir daquele espaço que é bom, é extraordinário, é para todos, desde as crianças aos mais idosos. Era

só para reforçar novamente esta questão.” **Senhor Presidente:** “Obrigado Senhor Vereador. Tem toda a razão. Não é uma questão de hoje, nem de um único equipamento, estou inteiramente de acordo. Temos que fazer este caminho. É muito importante não só nas piscinas, como é evidente, mas em todos os equipamentos, onde nós não temos condições para que as pessoas com mobilidade reduzida, ou com dificuldade de mobilidade, possam aceder com plenitude às respostas que temos nesses equipamentos. Claro que vamos considerar aquilo que recorrentemente tem dito sobre esta matéria, estamos totalmente de acordo.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **TOPONÍMIA** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NAS FREGUESIAS DE CARREGOSA; CESAR; FAJÕES; LOUREIRO E OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/28367/2021) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida em 18 de Maio de 2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação dos seguintes topónimos a incluir na toponímia das freguesias de: Carregosa Praceta dos Combatentes; Travessa do Carreiro de Baixo; Travessa Ferreira de Castro. Cesar Travessa Heróis Leoneses. Fajões Prolongamento da Rua do Rio Antuã. Loureiro Travessa do Lobasim. Oliveira de Azeméis Rua D. Isabel Maria de Seabra Amador Valente Sá de Oliveira Calejo.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES** =====

===== **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/31490/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “- A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art.º 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do

município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1” – PROCº Nº 028/2017/DEC – AUTO Nº 18 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/33558/2021) -APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/32939/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 018, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 43 305,67 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase 1”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1” – PROCº Nº 028/2017/DEC – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 2 (I/32188/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/32069/2021 relacionado (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Pedido de Prorrogação de Prazo nº 02, no âmbito da competência prevista no nº 1 do artigo 374º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, da Empreitada “Reabilitação Da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Fase 1, Cucujães”. Processo nº 028/2017/DEC.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1” – PROCº Nº 028/2017/DEC – 1ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO (I/30104/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1ª Modificação Objetiva ao Contrato – Trabalhos Complementares Considerando a informação com a referência I/30418/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 376º a 378º do Código dos Contratos Públicos, proponho a aprovação da Modificação Objetiva do Contrato da Empreitada: “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Fase 1, Cucujães” – Processo nº 028/2017/DEC, referente a Trabalhos Complementares.

Perfazendo o valor total de € 30 945,58, acrescido de IVA.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO CARACAS”- PROCº Nº 17/2019/DEC – AUTO Nº 13 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/33426/2021) –**

APROVAÇÃO: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/30773/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº13 – TC13, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 334 690,27 euros, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Reabilitação do Cine-Teatro Caracas” - Processo nº 017/2019/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1673/2019.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA EBS DE FAJÕES - BLOCO C” - PROCESSO N.º 030/2017/DEC - AUTO Nº 7 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/33417/2021) – APROVAÇÃO:**

Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/31359/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº7 – TC7, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 29 703,35 euros, ao qual acresce o IVA, da Empreitada “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C” - Processo N.º 030/2017/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº824/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DE VÁRIOS PARQUES DE LAZER” - PROCESSO N.º 025/2021/DEC - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO TOMANDO AS DECISÕES DE EXTINGUIR DO PROCEDIMENTO E REVOGAR A DECISÃO DE CONTRATAR (I/32434/2021):**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da empreitada “Construção de Vários Parques de Lazer” - Processo N.º 025/2021/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do despacho de 08 de junho de 2021 do Sr. Vice-presidente, Rui Jorge Silva Luzes Cabral, exarado no documento com a referência I/31607/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), relativo à extinção do procedimento e à revogação da decisão de contratar, nos termos do disposto no número 1 do artigo 80.º do CCP.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO MOSTEIRO – CUCUJÃES E PROLONGAMENTO DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESIDUAIS E REPAVIMENTAÇÃO DA ANTIGA ENI E OUTRAS” – LOTE 1 – PROCESSO Nº 24/2020/DEC - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/33484/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/33463/2021 e respetivos anexos (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 4, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 47.232,95 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Requalificação da Rua do Mosteiro – Cucujães e Prolongamento das Redes de Drenagem de Águas Pluviais e Residuais e Repavimentação da Antiga ENI e Outras” – Lote 1. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 3347/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS”- PROCESSO N.º 026/2020/DEC - LOTE 1 – CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO, LDA. - APROVAÇÃO AUTO Nº 4 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/32322/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/32319/2021 e respetivos anexos (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 4, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 70.721,65 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Repavimentação de Vias no Município de Oliveira de Azeméis”- Processo N.º 026/2020/DEC - Lote 1. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1595/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. ===

===== **EMPREITADA: “REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROCESSO N.º 026/2020/DEC - LOTE 2 – MANUEL FRANCISCO DE ALMEIDA, SA - APROVAÇÃO AUTO Nº 2 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/33450/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/33446/2021 e respetivos anexos, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 2, relativo a trabalhos contratuais, em anexo (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 164.409,88 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Repavimentação de Vias no Município de Oliveira de Azeméis”- Processo N.º 026/2020/DEC - Lote 2. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1596/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREGADA “REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EBI/JI NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROPOSTA DE DECISÃO DE CONTRATAR, DE DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA, DE DECISÃO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO, APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI (I/33735/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Tendo em vista dar início a um procedimento para a formação do contrato da empreitada “Requalificação e Reabilitação de EBI/JI no Município de Oliveira de Azeméis”, processo de concurso n.º 001/2021/DEC, proponho a aprovação da presente proposta de decisão de contratar, de decisão de autorização da despesa e de decisão de escolha do procedimento inerente ao contrato a celebrar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder EUR 1.186.000,00 (1 milhão, cento e oitenta e seis mil euros e zero cêntimos), acrescido de IVA, a satisfazer pela dotação com o código C.E.: 07.01.03.05 e ações do PPI 3,4,5,6,7 e 8/2020. O prazo de execução da empreitada é variável conforme os lotes, variando de noventa (90) a quinhentos e quarenta (540) dias, pelo que se estima que os trabalhos se realizarão nos anos de 2021, 2022 e 2023. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, proponho a adoção de um concurso público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE). 4. Proponho ainda, a aprovação das peças do procedimento: Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e Projeto de Execução, com a fixação do valor base de EUR 1.186.000,00 e critério de adjudicação do mais baixo preço. 5. A Câmara Municipal toma a decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa no uso de competência própria. 6. Considerando que, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 67.º do CCP, os procedimentos para a formação do contrato da referida empreitada devem ser conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, proponho: 6.1 Que o júri seja constituído pelos seguintes elementos: Efetivos: - Técnico Superior, Manuel João Simões Vieira Araújo Presidente, - Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, António Pedro Ribeiro Valente Castanheira; - Técnica Superior, Anabela Vasconcelos de Almeida. Suplentes: - Técnica Superior, Maria de Fátima Loureiro Ferreira Silva, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; - Técnica Superior, Sílvia Isabel Gomes Pereira. 6.2. A delegação no júri de todas as competências atribuídas à Câmara Municipal para a realização das formalidades procedimentais conducentes à formação do contrato, em respeito pelo estipulado no artigo 109º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no nº2 do artigo 69º do referido diploma legal, da competência para adjudicação.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OUTROS** =====

===== **CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PRÉDIO URBANO PERTENCENTE À JUNTA DE FREGUESIA DE CUCUJÃES, A FAVOR DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – ALTERAÇÃO (I/33637/2021) – APROVAÇÃO:** Retirado para melhor análise. =====

===== **MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO DE PRÉDIO EM CUCUJÃES COM A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – RETIFICAÇÃO (I/33727/2021) – APROVAÇÃO:** Retirado para melhor análise. =====

==== **REUNIÃO PÚBLICA MENSAL - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** =====

===== Não se registaram pedidos de intervenção. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11 horas e 15 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====